

Os 20 anos do UniBrasil e a democracia, na visão do ministro Luís Roberto Barroso

Nem em nossos piores pesadelos, poderíamos imaginar que um vírus iria provocar um caos mundial, crises econômicas, sanitárias, sociais e políticas. Talvez poucas tenham sido as sociedades que, de alguma forma, direta ou indiretamente, não tenham sido afetadas negativamente pela pandemia causada pela Covid-19. E para discutir os impactos eleitorais dessa crise, recebemos um dos mais respeitados juristas e constitucionalistas, o ministro Luís Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal.

O ano de 2020 mudou abruptamente a história e os rumos do mundo; ainda é cedo para fazermos um balanço do que ocorreu - porque ainda está ocorrendo - e termos alguma perspectiva de como o mundo e, em especial o Brasil, reagirão. Pode-se dizer, de maneira figurativa, que se aguarda ansiosamente pelo fim de 2020, torcendo para que isso ocorra antes mesmo de 31 de dezembro, com a descoberta de alguma forma de vacina ou algo similar, ainda que possa existir o temor de que o ano ultrapasse essa data. Realmente, tem sido um período difícil e triste: muitas mortes, desempregos, problemas econômicos, familiares e inclusive psicológicos têm afetado a população mundial.

Mas é incrível percebermos que mesmo situações tão adversas podem nos levar à realização de grandes momentos. E assim foi que, no dia 11 de maio, tivemos a honra de receber um dos mais respeitados juristas e constitucionalistas, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal. O evento, realizado pelo PPGD/UniBrasil em parceria com UniBrasil Futuro e com o respeitado Instituto Paranaense de Direito Eleitoral (Iprade) teve a coordenação minha e dos professores Bruno Meneses Lorenzetto (coordenador do PPGD/UniBrasil) e Ana Carolina de Camargo Clève (presidente do Iprade).

O ministro Luís Roberto Barroso, diga-se de passagem, é amigo de longa data do UniBrasil; já esteve aqui em várias oportunidades e, em 2013, recebeu da instituição o título de Doutor *Honoris Causa*, pela sua contribuição intelectual e acadêmica.

O tema da conferência dessa vez não poderia ter sido mais apropriado para o momento que vivemos: democracia, eleições e reforma política. Por mais de uma hora, o ministro Barroso, que semanas após sua conferência assumiu a presidência do Tribunal Superior Eleitoral, brindou-nos com lições de grande profundidade e sabedoria sobre os mais diversos problemas políticos que o mundo e o Brasil vem enfrentando. A conferência está disponibilizada no canal do UniBrasil no YouTube, mas vale a pena registrar alguns dos seus pontos mais significativos. O ministro Barroso começou por tratar da democracia constitucional como a ideologia vitoriosa do século XX, adotada por mais de uma centena de países e que derrotou as principais alternativas que se apresentaram: comunismo, fascismo, nazismo, fundamentalismos religiosos e regimes militares. A democracia constitucional adota um arranjo institucional que envolve o respeito às liberdades e direitos fundamentais, a limitação do poder, o governo da maioria e o respeito à minoria, garantida pela existência de instituições sólidas, dentre elas os tribunais constitucionais que têm como uma de suas funções mais importantes arbitrar os conflitos derivados das tensões entre democracia e constitucionalismo.

AUTOR

Octavio Campos Fischer

Doutor e mestre em Direito Tributário; desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; professor de Direito Tributário da graduação em Direito e do PPGD do UniBrasil.



Ministro Luís Roberto Barroso

Mas o ministro Barroso chamou a atenção para momentos delicados e complexos pelos quais o modelo democrático vem passando neste século XXI. Um momento que alguns chamam de recessão ou retrocesso democrático, experimentado por alguns países como Polônia, Hungria, Venezuela, Geórgia, dentre outros. Uma das características dessa situação é a erosão não mais através de golpes de Estado, mas pela atuação de governantes respaldados pelo voto direto que, após a eleição, procuram desconstruir os pilares da democracia, com concentração de poderes, ataques à oposição, cerceamento da liberdade de expressão, mudanças das regras eleitorais e empacotamento dos tribunais com escolha de juízes submissos.

O que ocorreu em alguns países foi a superposição de três fenômenos diversos, mas que unidos causam muitos problemas e põem a democracia em grande perigo: o conservadorismo radical, o populismo e o autoritarismo. É que essas lideranças, respaldadas no voto popular, acabam atacando os tribunais e demais instituições intermediárias, importantes para a democracia, como a imprensa, as universidades, a classe política e, de uma maneira geral, o pensamento livre.

Aliado a isso, o conferencista destacou o fato de que pesquisas feitas com jovens de todo mundo têm revelado uma queda pelo apreço à democracia e um constante apelo a regimes ditatoriais. Bem por isso, chamou a atenção dessa geração mais nova de que tais modelos deixam a vida menor e menos colorida, porque levam à violência contra adversários, censura e intolerância, e compartilhou, ainda, sua visão de que a democracia não se restringe ao exercício do direito de voto. Essa é apenas uma das dimensões da democracia contemporânea: a dimensão representativa. Há outras duas, em sua concepção. Há que se falar, também, na dimensão constitucional (respeito aos direitos) e na dimensão deliberativa (uso da razão para fortalecer o debate público pela sociedade e assim buscar a legitimidade das decisões dos agentes públicos).

Importa, acima de tudo, frisou o ministro Barroso, que em uma sociedade democrática não existe alternativa à política. Política é gênero de primeira necessidade, que deve ser valorizada e aprimorada para enfrentar os problemas que se apresentam, como é o caso do hiper-presidencialismo, que chamou de uma usina de crises e instabilidades, e que tem levado à produção de modelos autoritários ou a presidentes enfraquecidos, reféns de negociações não republicanas.

Para além de explicar suas propostas para uma reforma política, que abrangeria a adoção de um modelo híbrido de presidencialismo e a criação de um sistema distrital misto, o ministro Barroso chamou a atenção para o grande problema das *fake news*, dos discursos de ódio, produzidos por milícias digitais que desvirtuam o processo eleitoral e fazem terrorismo para destruir vidas políticas. É que, segundo ele, não é o Poder Judiciário que terá protagonismo para resolver tais problemas. É muito difícil para o Judiciário caracterizar o que seja *fake news* e, ademais de não querer ser um censor privado, seu *timing* não consegue impedir em tempo e à hora a circulação da notícia falsa. Até porque muitos dos computadores que disseminam esses materiais estão fora do país. Será necessário, então, que as plataformas tecnoló-



Octavio Campos Fischer e desembargador Adalberto Xisto

gicas assumam o protagonismo nessa seara, sem controlar o conteúdo das informações, mas para monitorar e controlar comportamentos atípicos e neutralizar o uso indevido de robôs. O que o Judiciário pode fazer, e vem fazendo, especialmente através do Tribunal Superior Eleitoral, é uma campanha de conscientização da população para a não disseminação de falsas notícias e informações.

Ao concluir sua conferência, o ministro Barroso registrou que o momento difícil pelo qual o mundo vem passando demanda a construção de uma agenda pós-crise. Em sua opinião, essa agenda possui seis itens indispensáveis para o Brasil fazer diferente: i) integridade como premissa de vida civilizada; ii) solidariedade, no sentido de não ser indiferente à dor alheia; iii) combate intenso à pobreza e à desigualdade; iv) competência (escolha dos melhores e rejeição ao compadrio); v) investimento em educação básica e vi) investimento efetivo em ciência e tecnologia.

Após a fala do ministro, os professores Ana Carolina de Camargo Clève e Bruno Meneses Lorenzetto conduziram interessante debate sobre as questões trazidas na conferência.

Certamente, com essas inteligentes e profundas lições, o ministro Luís Roberto Barroso abrilhantou as comemorações dos 20 anos do UniBrasil.

O UniBrasil, que conheço desde seu início e

participo desde 2003, tem um projeto acadêmico e social sério, engajado e comprometido com o ensino de qualidade e com os valores fundamentais de nossa Constituição. É emocionante e notável ver que muitos dos egressos de seus cursos de graduação são hoje destacados e respeitados profissionais. Do curso de Direito já saíram magistrados, membros do Ministério Público, procuradores públicos, professores universitários e advogados de destaque. E muitos voltaram. Voltaram para ser alunos do mestrado e do doutorado, e para ser professor na instituição.

Nesse já longo período, o UniBrasil não só cuidou com esmero de suas atividades curriculares, como também propiciou aos seus alunos, e à comunidade como um todo, diversas atividades extracurriculares, especialmente palestras e conferências de grande repercussão.

E mesmo com o baque provocado pela pandemia e a necessidade de isolamento social, com a impossibilidade de aulas presenciais, o UniBrasil demonstrou seu compromisso acadêmico e saiu na frente. Prontamente e com uma imensa união de esforços, montou rapidamente toda uma estrutura para continuar ofertando seu ensino de qualidade através de plataformas digitais, preocupando-se, inclusive, com aqueles alunos sem condições econômicas (devo registrar que presenciei, para minha alegria, a preocupação da instituição, trazida pela professora Allana Schrappe, de tentar fornecer temporariamente computadores a alguns alunos que não tinham em suas casas). Não parou por aí. Fomos além para desbravar o novo mundo dos *webinars* e descobrimos que, por esse meio, também poderíamos continuar a oferecer aos alunos e à comunidade em geral palestras e conferências de alta qualidade.



Ministro Barroso, Bruno Meneses Lorenzetto e Ana Carolina de Camargo Clève